

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DO RIO DE JANEIRO: UMA HISTÓRIA POSSÍVEL

Paulo Cesar dos Reis (Mestrando/UFF)

“A história das ciências, das artes e das letras no Brasil é um verdadeiro caminhar entre os mortos. Tudo acaba completamente aqui. Desaparecem os homens e com eles os seus escritos.”¹

No que tange ao processo de circulação das idéias ilustradas na América portuguesa, do setecentos, comprova-se a existência de uma vontade intelectual no estabelecimento de pontos de convergência de pensadores “brasileiros” nas discussões em torno dos mais variados assuntos de crivo acadêmico-científico nestas terras.

Há, em Portugal, um processo de construção ou (re)construção de um campo acadêmico-filosófico em torno do pensamento das luzes como fórmula de superação da crise política e econômica do Reino, enfrentada a partir do início do século XVIII, tendo como diretiva central a ação pedagógica e coercitiva do Estado a partir, basicamente, da segunda metade deste século. Será através, principalmente, do período pombalino e da ação de D. Rodrigo de Souza Coutinho – que teve a formatação de um projeto de Estado Moderno, em Portugal – que se construirá a idéia de um desenvolvimento mútuo ou integrado entre os vários espaços geográficos, econômicos e políticos do Reino.

A lógica, que movimenta uma espécie de *intelligentsia* pombalina no que tange ao desenvolvimento de uma política de construção e/ou reconstrução paradigmática dos espaços para a reflexão pedagógico-científica em torno da filosofia das luzes, na Metrópole portuguesa, tende a expandir-se para diversas regiões do Reino. Há uma vontade em se libertar do duplo cerco, político e econômico, imposto pelo Absolutismo e pelo Mercantilismo, o que proporcionou a formação de uma tecnocracia luso-brasileira que se alocou hegemonicamente; primeiro na Universidade de Coimbra (1290) para depois na Academia Real de Ciências de Lisboa (1779).

Será com a capacidade de expansão desta política – ao extrapolar a circunscrição da Metrópole – que teremos a ação, na América portuguesa, de grupos ligados à classe senhorial na articulação e na criação de espaços autônomos de desenvolvimento de debates e reflexões acadêmico-científicas que, de certa forma, escaparam ao controle mais imediato do aparelho de Estado pombalino, apesar de termos nos primeiros focos acadêmicos – na Colônia mais rica do Reino – a intervenção do Estado na construção destes espaços privilegiados de circulação das idéias.

E será exatamente a perfilhagem destes intelectuais na filosofia das luzes, nestes primeiros espaços de circulação mais ativa das idéias, que centraremos nossas reflexões, neste texto, em torno basicamente deste processo de genealogia intelectual das elites político-econômicas da Colônia, tendo como um dos pontos altos a Academia de Ciências do Rio de Janeiro. Sem dúvida, este é o momento privilegiado para a consolidação de uma elite senhorial econômica e intelectual que será capaz de agregar forças suficientes para a geração de um pensamento político-econômico – no mínimo – original,² no Brasil das primeiras décadas do oitocentos.

As primeiras notícias acerca da instalação de academias das mais diversas áreas das ciências na América portuguesa datam do início do século XVIII, principalmente nas regiões da Bahia e do Rio de Janeiro. Este movimento, digamos, academicista, inicia-se pelas letras, mas acaba ao longo do século por se ampliar e se complexificar, abrindo espaço para as ciências de maneira geral, seguindo a tendência em Portugal de (re)valorização da idéia de produção científica ligada a um espaço fora da universidade e do clero – instituições entendidas como lugares de estudo e aprendizagem – enquanto a academia se coloca como o lugar da experimentação, do *laboratório*,³ o espaço de privilégio para o desenvolvimento das ciências experimentais ou empíricas.

A primeira academia de que temos notícia no Brasil foi a Academia Brasílica dos Esquecidos na rica e esplendorosa província da Bahia⁴ (1724-1725) para depois termos a instauração da Academia dos Felizes no Rio de Janeiro (1736-1740), ambas academias fundadas a partir da intervenção direta do governo ilustrado de D. João V, que instrui o Governador-geral do Brasil Vasco Fernandes César de Menezes (1720-1734) – Conde de Sabugosa – para a

criação na Bahia, em especial, de uma academia literária com o objetivo da confecção de uma História do Brasil. A idéia da criação da academia bahiana coloca-se no exato momento do início do processo da *preparação* dos espaços para atuação da *intelligentsia* pombalina, tendo como um dos marcos fundadores a criação da Academia Real da História de Portugal em 1720, momento este em que a Ilustração ganha fôlego através, principalmente, das intervenções acadêmicas dos ilustrados intelectuais, IV Conde da Ericeira e D. Rafael Bluteau,⁵ para citarmos alguns destes fundadores das primeiras discussões mais definitivas sobre a Ilustração em Portugal.

No contexto do período pombalino, teremos a criação da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos na Bahia (1759), Colônia Ultramarina na Vila Rica de Ouro Preto (1768),⁶ Academia dos Felizes em São Paulo (1770) e a Academia de Ciências do Rio de Janeiro (1771-1779). Esta última organizada no final do período pombalino pelo Vice-Rei D. Luiz de Almeida Portugal Soares de Alarcam Eça de Melo Silva e Mascarenhas – II Marquês do Lavradio (1769-1779) – e tendo seu fim em inícios da viradeira mariana, cabendo atentarmos para um detalhe crucial: este é o mesmo ano da organização da Academia de Ciências de Lisboa (ainda não era Real) pelo tio de D. Maria I, D. João de Bragança – II Duque de Lafões.

Desta forma buscarei tracejar algumas linhas de reflexão acerca das academias como espaços privilegiados de discussão teórica e prática dos intelectuais que residem na Colônia, tendo como paradigma a Academia de Ciências do Rio de Janeiro, sendo esta, a ponta deste processo de formação de espaços de discussão e reflexão política, econômica, cultural e filosófica no Brasil colonial.

A Academia de Ciências do Rio de Janeiro foi fundada no ano de 1771, com o nome de Academia Fluminense, Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica na então província do Rio de Janeiro e capital do Vice-Reino do Brasil. A Academia de Ciências do Rio de Janeiro coloca-se, desde o início, como um importante centro irradiador de conhecimento e catalisador de intelectuais ligados especialmente às reflexões ilustradas acerca da idéia das ciências como forma de superação do estado de atraso do Reino, entendendo que somente a partir do desenvolvimento das pesquisas científicas – em torno de objetos importantes como a Química, o Boticário, a Botânica e a própria História Natural – tenderão, as ciências, ganharem um valor útil e necessário para o desenvolvimento social e econômico do Reino, em um marco cultural de ruptura e modernização com o saber acadêmico das universidades (mesmo pós-Pombal).

A *academia de ciências* foi organizada pelo médico português José Henriques Ferreira, que aportou no Rio de Janeiro em 1769, juntamente com o novo Vice-Rei, Marquês do Lavradio, com a missão de organizar na capital do Vice-reino do Brasil uma academia científica que abrigasse os mais notáveis intelectuais fluminenses. Logo o Dr. Ferreira aglutina à sua volta 29 grandes personalidades das mais diversas áreas do conhecimento acadêmico fluminense. Podemos contabilizar nos quadros da academia 02 advogados, 02 clérigos, 07 médicos, 05 boticários, 02 militares, 01 desembargador do Paço, 09 cirurgiões e 1 pintor.⁷ Desta forma a academia se organizou em cinco setores distintos: medicina, cirurgia, botânica, farmácia e extraordinários.

Cabe destacarmos as atividades acadêmicas de dois dos principais sócios da *academia de ciências*, os irmãos José Henriques Ferreira, Filósofo e Médico, sócio das Reais Academias das Ciências: de Estocolmo, de Lisboa e Médica Matritense, e Manuel Joaquim Henriques de Paiva, Médico e Farmacêutico, sócio das Reais Academias das Ciências: de Estocolmo, de Lisboa, de Madrid e da Sociedade Econômica de Harlem; licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra, demonstrador de História Natural do Laboratório químico da Faculdade de Filosofia (1774), mestre de oficina (1775) e demonstrador do mesmo laboratório (1783), Lente da cadeira de Farmácia da Universidade de Coimbra (1804) e professor de Farmácia e Química da Faculdade de Medicina da Bahia (1824).

José Henriques Ferreira, médico e irmão mais velho, destaca-se por ter sido o grande artífice da Academia de Ciências do Rio de Janeiro, através de uma constante intervenção junto ao Vice-Rei Marquês do Lavradio. Escreveu

vários textos, livros e memórias sobre diversos assuntos, dando ênfase às análises acerca da botânica brasileira como forma de desenvolvimento de produtos úteis para o incremento econômico do Reino. No processo de fechamento da *academia*, este ilustrado médico leva consigo toda a documentação referente a presente instituição para Portugal. Tal documentação será, posteriormente, depositada no Arquivo Ultramarino. Foi imediatamente nomeado sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa onde produz uma Memória sobre a História Natural do Brasil.⁸ Se na América portuguesa o Dr. Ferreira deixa um vazio no *corpus* intelectual colonial, na Metrópole, este cientista coloca-se como peça importante neste iniciar da academia lisboeta.

Manuel Joaquim Henriques de Paiva viajou para o Rio na companhia do Pai, o boticário Antônio Ribeiro de Paiva,⁹ aportando em 1771. Todavia voltou a Portugal para completar os estudos em medicina, formando-se em 1776 pela Universidade de Coimbra. Depois, viajou pela França, praticando no **Laboratório de Gay-Lussac**. Foi demitido de seus cargos e perdeu honrarias, sendo desterrado para o Brasil acusado de ter colaborado com os franceses no processo de ocupação de Portugal. Passa a residir na cidade de Salvador, onde clinicou e lecionou, a princípio, em cursos particulares de Química e História Natural. Destaca-se, ainda, por ter sido um dos precursores dos estudos sobre farmácia e química no Brasil. Escreveu um número elevado de tratados farmacológicos, memórias sobre História Natural e Química. Faleceu aos 77 anos de idade na mesma cidade - Salvador.

Se na Colônia americana podemos registrar a fundação da primeira Academia de Ciências do império português, na Metrópole, podemos testemunhar a reforma do estatuto da Universidade de Coimbra, neste mesmo ano-chave (1771) para a compreensão da ciência enquanto fator decisivo para o desenvolvimento cultural, político e econômico do Reino. É exatamente este sentido salvacionista e utilitário da ciência largamente trabalhado pelos intelectuais ilustrados – em Portugal – que irá, de certa forma, contagiar outros espaços fora da Metrópole como é o caso exposto de nosso objeto de análise neste texto – a formação de intelectuais na Colônia a partir de espaços privilegiados de construção do conhecimento neste Vice-reino português.

As ciências, desta maneira, são colocadas como instrumentos de modernização do Estado através do pragmatismo presente nas reflexões destes acadêmicos que corroboram com a idéia vigente, na Europa e em Portugal, do estabelecimento de um valor útil a estas *ciências naturaes*, identificado na capacidade de produção para a aplicação social, política e econômica dos estudos realizados por esses *experimentadores* que constituem uma rede internacional de informações através dos **sócios correspondentes** como é o caso dos Drs. Peter Wargentín e Peter Jonas Bergius, da Academia Real das Ciências de Estocolmo, que trocavam informações com os acadêmicos fluminenses.¹⁰

Neste momento de instalação da *academia* (1771-1779), na mais próspera Colônia de Portugal, assiste-se ao avanço das relações políticas e intelectuais – especialmente na reformada Universidade de Coimbra – entre brasileiros e portugueses ligados, ambos, ao projeto pombalino de desenvolvimento integrado do Reino. Estes ilustrados *homens bons*, da sociedade cortesã luso-brasileira, serão as peças fundamentais para o fortalecimento desta lógica político-pedagógica de formação de uma Classe Senhorial na Colônia que utilizará os *espaços privilegiados de circulação das idéias* como correia de transmissão de seus ideais liberais que terminam por extrapolar as questões sócio-econômicas se alocando na esfera político-administrativa.

Os limites temporais finais desta *academia de ciências* residem dentro do processo da viradeira mariana que irá impor toda uma política de diminuição deste tipo de espaço intelectual fora da Metrópole. A política mariana reside exatamente no aumento e centralização destes espaços na Metrópole em detrimento das demais regiões do Reino, principalmente no Brasil. Podemos observar como um dos primeiro passos desta política a destituição do ilustrado Marquês do Lavradio do cargo de Vice-Rei do Brasil e *pari passu* a criação em Portugal da Academia de Ciências de Lisboa com o devido apoio do Estado mariano.

O movimento academicista teve importância crucial no estabelecimento de uma *circularidade das idéias* na América portuguesa neste último quarto de século. Neste quadro destacam-se as Academia de Ciências e Sociedade Literária do Rio de Janeiro. As histórias destas instituições confundem-se nas brumas do passado. O historiador Rodolfo Garcia na introdução à edição de 1939 dos Anais da Biblioteca Nacional¹¹ no capítulo referente à Sociedade Literária afirma que: “A Sociedade Literária do Rio de Janeiro, instalada nesta cidade em 6 de junho de 1786, sob os auspícios do vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, foi propriamente a continuação da Academia Científica, fundada em 1771 e inaugurada em 18 de fevereiro do ano seguinte(...)”.¹²

A historiografia contemporânea, de forma genérica, remete à afirmativa de Garcia, para o estabelecimento de um nexos histórico e continuísta entre as duas instituições. A associação de suas histórias, estimulada pelo comentário de Garcia não é por completo extemporânea. De um lado a projeção da Academia de Ciências que teve o apoio da autoridade máxima no Vice-Reino e contou com uma geração de intelectuais brilhantes brasileiros, portugueses e outros tantos estrangeiros. De outro os destaques cabem ao cirurgião Ildefonso José da Costa Abreu – que participou ativamente da Academia de Ciências – e ao professor-régio Silva Alvarenga, o principal articulador da Sociedade Literária (1786-1794), que chegara à cidade-Rio em 1777 convivendo, portanto, dois anos com o clima favorável ao desenvolvimento dos estudos científicos ensinados pela *academia* na inculta capital do Vice-Reino.

A documentação, por mim levantada, aponta, exatamente, na direção de uma influência da Academia de Ciências para a formação da Sociedade Literária. Percebemos claramente que este “clima favorável” aos estudos científicos, na cidade-Rio é o principal combustível para a eclosão do movimento acadêmico, realizado a partir da segunda metade da década de 1780, porém a afirmativa de uma continuação da *academia de ciências*, após sua extinção em 1779, sobre uma nova roupagem – Sociedade Literária – se mostra pouco provável.

Para concluirmos, se num primeiro momento temos a configuração de espaços acadêmicos voltados para uma reflexão sobre a construção de uma História Natural brasileira antes mesmo da configuração do grupo naturalista-utilitário da Academia de Ciências de Lisboa, num segundo momento, em especial, a partir da conjura mineira – ao que nos parece – teremos o estabelecimento de reflexões mais no caráter econômico e político no sentido do estabelecimento de um projeto de ruptura institucional a partir do estado de crise colocada na sétima década do XVIII. Há um projeto de Estado sendo gestado não apenas na província de Minas Gerais, mas na Colônia como um todo, como atestamos nos processos das conjuras mineira e baiana e na instauração da Academia Científica e posteriormente da Sociedade Literária no Rio de Janeiro. O terceiro momento, presente no limiar do século XVIII, nos revela a tentativa da construção de um pacto em novos termos entre a Colônia e a Metrópole sobre um projeto de desenvolvimento integrado do império como um todo, tendo a academia lisboeta e a burocracia reinol como os centros irradiadores desta política.

NOTAS

¹ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1949. p.204.

² A colocação desta palavra/conceito está pautada no sentido de termos a formação de um pensamento econômico e político (principalmente) nas primeiras três décadas do século XIX realizadas por brasileiros a partir de reflexões acerca dos diversos problemas inerentes destas terras a época. A idéia-força da palavra original ganha uma entonação mais de origem do que de originalidade.

³ Por Laboratório entendemos enquanto um conceito que indica um determinado espaço ou lugar para o labor (trabalho), para experimentações científicas. É o lugar das experiências e inovações técnicas nos diversos ramos da ciência. A expressão laboratório foi apropriada no contexto da revolução científica do século XVII como o indicativo das oficinas experimentais onde os cientistas exerciam o seu labor/trabalho.

⁴ Na época a província da Bahia era a capital do Vice-Reino do Brasil.

⁵ Ambos intelectuais foram sócios da Academia Real da História de Portugal. Cabe destacar, ainda, que este foi um dos primeiros espaços “estatais” de convergência de intelectuais ilustrados em Portugal.

⁶ É interessante atentarmos para o ano da fundação deste importante centro intelectual por conta de localizar-se em um período de inversão da economia mineradora das Gerais para um economia produtora de gêneros alimentícios e manufatura de tecidos. Cabe recordar que o ouro da Capitania das Minas Gerais começou a escassear na década de 1740, portanto é natural este tipo de inversão econômica, social, cultural e política. Os valores da sociedade mineira estavam em transformação a cultura urbana aurífera estava perdendo espaço para a cultura agrário-familiar.

⁷ A penas o acadêmico João Carlos Correia Lemos não possui identificação com relação à profissão. Por ser este acadêmico ocupante da cadeira de extraordinários e não possuir nenhum tipo de identificação, não conseguimos determinar a sua formação acadêmica.

⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., p. 265.

⁹ Foi diretor do setor de Botânica da Academia de Ciências do Rio de Janeiro.

¹⁰ VARNHAGEN chama atenção para estes dois sócios correspondentes da Academia de Ciências do Rio de Janeiro que certamente trocaram diversas informações, cabendo uma investigação maior e mais aprofundada sobre a participação da Academia Real das Ciências da Suécia nos estudos aqui elaborado, inclusive se há algum tipo de financiamento ou mesmo interesse mais estratégico Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., p. 265.

¹¹ Cf. LUCAS, Fábio et al. *Autos da Devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 55-60.

¹² Ibid, op. cit., p.55.